

Linguística Histórica e Filologia

Clarinda Maia

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MAIA, C. Linguística Histórica e Filologia. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 533-542. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



Linguística Histórica e Filologia

Clarinda MAIA
Universidade de Coimbra

Introdução

Quem analisa o percurso da Linguística Histórica desde a sua criação no século XIX, que coincide com o próprio nascimento da Linguística como disciplina científica, pode facilmente concluir que, até à década de 1970 ou de 1980, ela se manteve à margem das grandes orientações teóricas da Linguística, alheia ao desenvolvimento das principais aquisições no âmbito da Linguística Geral.

Se evocarmos os trabalhos de carácter linguístico produzidos no século XX, desde a formulação das dicotomias saussureanas “língua/fala” e “sincronia/diacronia” até há cerca de vinte e cinco ou trinta anos, tanto no âmbito europeu como americano, verificamos o predomínio quase exclusivo das investigações sincrónicas e o quase total abandono dos estudos históricos.

A cisão praticamente absoluta entre sincronia e diacronia estabelecida por Saussure, apesar das tentativas de superação operadas no interior do próprio estruturalismo, assim como a maioria dos postulados estruturalistas explicam a estaticidade que dominou os estudos linguísticos e o escasso progresso dos estudos diacrónicos durante grande parte do século XX. Por outro lado, a radical separação entre sincronia e diacronia inviabilizou a consideração da situação de coexistência, muitas vezes com carácter plurissecular, de formas novas, resultantes da inovação linguística individual do falante, e de formas antigas, conservadoras.

A concepção estruturalista de que o objecto de estudo da Linguística é a língua, o sistema, e, por outro lado, a convicção de que a mudança se opera na fala repercutiram-se no próprio modo de encarar a Linguística Histórica, que apenas podia estudar factos linguísticos particulares, continuando, durante muito tempo, a explicar as mudanças linguísticas (em geral, as mudanças fónicas) de acordo com os postulados neogramáticos.

Ao conceber e aceitar que a mudança se opera na fala, escapava à perspectiva estruturalista a possibilidade de distinguir entre a origem e a difusão da mudança, ou seja,

a sua propagação na comunidade – dimensão que é de tipo social –, e, ainda, de compreender que, sejam quais forem as motivações de cada fenómeno singular de mudança, é o sistema que condiciona, restringe ou determina a sua direcção.

Ressalte-se, ainda, que a autonomia dos vários níveis linguísticos proclamada pelo estruturalismo contribuiu para acentuar o isolamento da Linguística diacrónica no âmbito da Ciência da Linguagem.

Ao valorizar a sincronia, a Linguística pós-saussureana caracteriza-se pelo predomínio de um sincronicismo descritivista que se contrapõe à Linguística Histórica “tradicional”, histórico-comparativa ou de feição neogramática. Ao concentrar-se sobre o sistema funcional da língua correspondente à dimensão da homogeneidade, deixa de lado outras importantes dimensões do fenómeno linguístico, nomeadamente a sua dimensão histórica e o seu carácter social.

A história da Linguística nas últimas décadas não só tem vindo a incidir no estudo dessas outras dimensões, como tem caminhado no sentido de uma consideração cada vez mais unitária e integrada da Ciência da Linguagem.

Na presente comunicação, tratar-se-á da actual revalorização da Linguística Histórica e pôr-se-á em relevo de que modo ela beneficiou com a integração dos quadros teóricos e com os instrumentos metodológicos de outras disciplinas linguísticas.

1 A renovação da Linguística Histórica

Após muitos anos de hegemonia dos estudos sincrónicos, assiste-se, a partir das últimas décadas do século XX, à renovação da Linguística Histórica, em grande parte em virtude das alterações operadas na Linguística Geral acerca do modo de perspetivar a mudança linguística. Verifica-se um importante desenvolvimento de disciplinas que se ocupam deste fenómeno que domina grande parte da recente reflexão teórica sobre a linguagem e, a partir da década de 1970, algumas das aquisições nelas verificadas contribuem para o ressurgimento e revitalização da Linguística Histórica. Refiro-me aos estudos de Sociolinguística, de Análise do Discurso e Pragmática, que conduziram, por um lado, à incorporação nas análises diacrónicas da variação linguística e, por outro, à consideração da interacção entre a língua e o contexto pragmático.

A integração do princípio da variação linguística sincrónica nas análises diacrónicas significou a ruptura da dicotomia saussureana «sincronia/diacronia» e permitiu compreender a dinâmica social e contextual da mudança linguística e afirmar a relação de implicação entre a variação e a mudança linguística. Incorporou-se o tratamento quantitativo dos materiais e as frequências relativas das formas coexistentes num determinado momento histórico como parte essencial das análises diacrónicas, inclusive das que tomam como objecto de estudo os dados contidos em textos de fases pretéritas (MAIA, 1995, p. 19-21). Se, em relação à época em que vive o investigador, foi possível compreender a co-variação entre as variantes linguísticas e os factores extralinguísticos e, inclusive,

analisar processos de mudança em curso, a aplicação a épocas anteriores dos quadros teóricos e da metodologia da Sociolinguística coloca algumas questões que tentaremos equacionar criticamente, ainda que de forma sintética.

Os estudos que visam a reconstrução da língua do passado dentro do seu contexto social põem alguns problemas, nomeadamente a dificuldade de obtenção de dados relativos às condições sociais de cada processo de mudança: a determinação da variação em cada momento histórico exige o estabelecimento da co-variação entre dados linguísticos e factores extralinguísticos (sociais, contextuais, etc.) que o investigador tem dificuldade em captar e analisar. Por outro lado, a aplicação de técnicas de análise quantitativa manuseadas em trabalhos de Sociolinguística que analisam comunidades vivas a materiais de um *corpus* escrito levanta um conjunto de questões: mesmo que, em relação a um determinado estado passado da língua, se analise todo o *corpus* subsistente, o alcance sociolinguístico dos dados nele registados não é comparável ao dos materiais recolhidos em estudos sincrónicos actuais. Em períodos como a Idade Média, em que apenas uma minoria tinha acesso à escrita, os materiais registados nos textos escritos desse período histórico não são, sob o ponto de vista sociolinguístico, comparáveis aos que o investigador de uma sincronia actual recolhe de falantes vivos previamente seleccionados de acordo com determinados parâmetros sociais e geracionais. Tendo, porém, em consideração que, relativamente a épocas anteriores àquelas em que se situa o investigador, só é possível dispor de textos escritos, deve valorizar-se de maneira positiva o que a sua análise permite compreender em relação à língua de épocas anteriores, nomeadamente no que diz respeito à variação (social e situacional) da língua em sincronias pretéritas e à sua relação com processos históricos de mudança.

Afinal, algumas das questões colocadas dependem essencialmente da própria natureza dos dados com que trabalha a Linguística diacrónica: neles reside grande parte das limitações e também dos desafios que o estudo da mudança linguística de sincronias pretéritas coloca ao investigador (MAIA, 2002, p. 234-235).

Apesar dos limites dos materiais que, naturalmente, condicionam a aplicação da metodologia usada em estudos de Sociolinguística actual a sincronias históricas, foram já dados passos fundamentais através dos trabalhos de vários autores que permitiram obter conhecimentos, até então não disponíveis, sobre a língua de épocas anteriores. Que a Sociolinguística histórica abriu novas possibilidades para o estudo da variação em textos correspondentes a épocas passadas da língua, afirmou-o recentemente Humberto López Morales (2006, p. 2400), depois de uma reflexão sobre as aportações da Sociolinguística para a compreensão e explicação dos mecanismos da mudança linguística e sobre o seu contributo para a revitalização do interesse por este fenómeno. Tomando com ponto de partida o estudo decisivo de U. Weinreich, W. Labov e Marvin I. Herzog (1968), que teve grandes repercussões mesmo fora do âmbito da Sociolinguística, passa em revista alguns dos trabalhos mais significativos sobre a mudança linguística em tempo real e em tempo aparente e procede a uma reflexão sobre o estudo sociolinguístico de sincronias pretéritas.

Depois de analisar criticamente alguns trabalhos consagrados ao estudo de textos históricos de algumas línguas (de modo particular, ROMAINE, 1982, 1988 e GIMENO MENÉNDEZ, nomeadamente, 1983a, 1983b, 1984, 1995), afirma:

La sociolingüística histórica ha abierto nuevas avenidas para lograr obtener conocimientos más detallados sobre la lengua en épocas anteriores y, sobre todo, ha colocado en primer lugar del escenario la importancia de la dinámica social y contextual en los procesos históricos del cambio lingüístico. Aunque estos estudios no han hecho más que empezar, ya han dado buenas pruebas de la bondad de la concepción. [...].

Tendo-se, além disso, verificado a fecundidade da descrição da interação entre a língua e o contexto pragmático, tentou aplicar-se aos usos linguísticos escritos registados em textos de estados pretéritos da língua os elementos teóricos e os instrumentos metodológicos que se inscrevem na Pragmática Linguística, estabelecendo-se frequentemente relações com a Análise do Discurso e a Linguística do Texto. A Pragmática histórica oferece actualmente novas perspectivas de ampliação das vias metodológicas de análise de textos antigos, nomeadamente de textos medievais (BARROS, 2002), apesar de, tal como a Sociolingüística histórica, se debater com o problema dos dados.

Com base na análise de um *corpus* constituído pelos textos do *Foro Real*, da *Primeyra Partida* e das *Flores de Dereito*, que constituem versões portuguesas de obras legislativas de Afonso X, foi empreendido um estudo do discurso jurídico medieval, que representa, provavelmente, a primeira tentativa de análise do discurso jurídico medieval no quadro teórico-metodológico da Pragmática histórica (BARROS, 2007)¹

2 Filologia e Linguística Histórica

Em virtude da aplicação de novos “olhares” a uma velha disciplina, que levaram a analisar os materiais escritos de fases pretéritas de acordo com novas e diferenciadas ópticas, a Linguística Histórica atingiu de novo um lugar proeminente, uma posição cimeira nos estudos linguísticos.

No âmbito desta mesa-redonda subordinada ao tema “Filologia”, faz sentido analisar as relações entre a Linguística Histórica e a Filologia e ponderar qual a relevância desta última disciplina para os estudos diacrónicos. É pertinente desenvolver uma reflexão sobre o contributo da Filologia para a Linguística Histórica, tanto mais que, em apreciações críticas à Linguística Histórica tradicional, foi muitas vezes feita a censura de ter ficado inserida numa perspectiva filológica, alheia ao próprio progresso da Linguística Geral.

O desenvolvimento que acima evocámos de disciplinas que valorizam o uso linguístico e que tiveram influência na compreensão e explicação da mudança e na renovação da Linguística Histórica contribuiu para a superação do abismo entre a Filologia e a

¹ O estudo a que acima se faz referência constituiu uma dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2007 com o título *Estrutura discursiva e orientação argumentativa em textos de versões portuguesas da legislação de Afonso X: contributos para o estudo do discurso jurídico medieval* e encontra-se, neste momento, em publicação.

Linguística, afinal duas disciplinas interpretativas, a primeira centrada na investigação dos textos escritos, e a segunda no estudo da linguagem e das línguas, enquanto formas particulares daquela. Mais íntima, ainda, é a relação entre Filologia e Linguística Histórica, que, para obter conhecimentos sobre a língua de épocas anteriores e para explicar processos históricos de mudança, carece de dados registados nos textos escritos: para a investigação em perspectiva diacrónica, é absolutamente necessária uma consistente infra-estrutura filológica e uma sólida preparação por parte do investigador que lhe permita uma interpretação dos textos escritos que constituem o seu *corpus* de análise adequada à «nova sensibilidade para com o documento histórico» (TEJADA CALLER, 1999, p. 65), a qual conduz, no plano linguístico, ao questionar de critérios aplicados em determinados tipos de edições. Salientemos, antes de mais, que todas as pesquisas linguísticas de base empírica, tanto em matéria de “oralidade” como de “escripturalidade (KOCH; ÖSTERREICHER, 2001) têm que apoiar-se necessariamente em *corpora*. Embora essenciais a esse tipo de investigação centrada no uso linguístico – para cujo desenvolvimento eles representam um fundamento imprescindível –, os *corpora* não constituem um fim em si próprios: identificamo-nos com o ponto de vista dos autores acima mencionados (KOCH; ÖSTERREICHER, 2001, p. 614), que, ao referir-se à problemática dos mesmos e situando-se no nível do discurso individual e actual, afirmam:

les corpus ne constituent qu'un moyen d'accès au véritable objet de la linguistique: la connaissance des normes, des règles et des structures qui appartiennent aux autres niveaux du langage (stratégies communicatives universelles, traditions discursives, langues historiques et leurs variétés.

Num e noutro tipo de pesquisas, a qualidade dos resultados a obter está dependente, em primeira instância, da qualidade dos *corpora* que fornecem os materiais a analisar: tanto na investigação sobre a língua falada e sobre as variedades diatópicas e sociais actuais, como nas investigações centradas sobre os usos linguísticos escritos de fase passadas, o investigador, quer seja ele próprio a constituir o seu *corpus*, quer se baseie num *corpus* já disponível, deve estar em condições de avaliar a sua qualidade. No que se refere às pesquisas de carácter diacrónico, estas estão dependentes de alguns requisitos, nomeadamente da sua autenticidade, garante da sua fiabilidade, da sua extensão, adequada aos objectivos da pesquisa, da diversidade de tipologia dos textos reunidos que devem reflectir a variação concepcional da língua e, necessariamente, da sua elaboração.

Uma vez que consideramos que a história da língua deve deprender-se dos textos que nela se escreveram e do conhecimento da história dos mesmos e, portanto, que a sua construção deve ter o imprescindível apoio das fontes textuais, a constituição de *corpora* é uma exigência da pesquisa diacrónica. Essa necessidade foi sempre tida em consideração nas pesquisas que realizou e orientou a Professora neste Congresso homenageada, a Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, quer no âmbito do PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), quer no PHPB (Projecto Para a História do Português Brasileiro). Ainda recentemente, no Colóquio Internacional realizado na Universidade

do Porto, numa conferência intitulada “Teoria(s) da mudança e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s)”, sublinhou “a importância da Filologia, no sentido estrito, de edições de textos confiáveis para estudos linguísticos do passado” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 40), pondo em relevo, nas observações finais, que, “para a reconstituição do passado de qualquer língua, se faz necessária a utilização de *corpora* representativos, que documentem o passado em todas as sincronias possíveis” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 51).

Uma vez que as análises linguísticas conduzidas tendo em vista a elaboração de estudos diacrónicos devem apoiar-se em *corpora* que satisfaçam as exigências que acima formulámos, analisemos cada uma dos requisitos e façamos alguns comentários pertinentes.

Sob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época. As edições elaboradas com outro tipo de motivações e destinadas a outro tipo de público levaram frequentemente os editores a regularizar e a “corrigir” os textos que transcrevem, ferindo a sua autenticidade e inviabilizando a reconstrução de fenómenos de mudança linguística nos diferentes níveis de análise.

Directamente relacionada com a questão da autenticidade está a valorização dos “originais”, no sentido paleográfico-diplomático do termo, isto é, textos em que houve a intervenção de uma única mão textual, aos quais deve ser concedida prioridade metodológica em relação às cópias. Para uma abordagem rigorosa da grafia e da língua da Idade Média, constitui uma exigência imprescindível a autenticidade filológica dos textos. No entanto, sempre que um editor elabora a edição de um texto resultante de um processo mais ou menos complexo de transmissão manuscrita ou impressa, deve fornecer todos os dados sobre a respectiva tradição textual, uma vez que ela implica muitas vezes transformações no plano grafemático, transformações linguísticas (nos vários níveis linguísticos) e transformações discursivas.

A avaliação linguística que qualquer editor de um texto deve fazer, quer ela seja apresentada ao leitor ou não, deve ser empreendida em paralelo com a consideração da sua génese e transmissão, uma vez que

las variantes de lengua de la tradición se revelan así como un material utilísimo, por historicamente clasificado, para el conocimiento del proceso evolutivo del idioma (SÁNCHEZ-PRIETO, 1998, p. 82).

Sempre que o investigador pretenda tirar conclusões sobre a língua de uma determinada sincronia pretérita ou sobre a história de um determinado fenómeno de mudança ao longo da trajectória temporal da língua, deve basear-se num “*corpus*” textual rico, não só quanto à sua amplitude como à diversidade de tipologia das fontes escritas abrangidas, uma vez que os textos correspondentes às diferentes constelações comunicativas oferecem uma distinta natureza conceptual.

A base documental de uma pesquisa diacrónica do tipo acima referido deve abranger um amplo leque de géneros textuais e, portanto, de estilos e estruturas discursivas. Em determinados períodos, nomeadamente na Idade Média, a história da língua tem que apoiar-se apenas em textos de estatuto e elaboração formal, uma vez que à escrita apenas tinha acesso um escasso número de letrados. Apesar disso, os textos disponíveis revelam uma considerável margem de variação, de acordo com os géneros e tipos textuais envolvidos na pesquisa.

Embora com escassa frequência, são conhecidos documentos notariais, representantes da linguagem jurídico-administrativa, nos quais estão inseridos textos em discurso directo, próximos (ou pretensamente próximos) da linguagem falada. Na colecção de documentos relativos ao mosteiro conimbricense de Santa Maria de Celas, há alguns ligados ao contencioso do Mosteiro que apresentam fragmentos textuais em discurso directo inseridos nos respectivos documentos e que procuram reproduzir declarações de intervenientes nas polémicas e conflitos relacionados com a defesa do património em que a Instituição esteve envolvida (MORUJÃO, 2001, p. 125-137 e documentos 153, 155, 157, etc.).

Entendida a actividade filológica como análise crítica de textos que visa a sua reconstrução e edição, a Filologia está intimamente associada à Linguística: ela possui um conjunto de recursos interpretativos e explicativos que a Linguística Histórica não pode e não deve desprezar.

Em último lugar, gostaria de defender a relação de complementaridade entre o trabalho da Filologia e o labor da Linguística que “ha recorrido junto a ella un largo y tortuoso camino, lleno de encuentros y rechazos” (CANO AGUILAR, 2000, p. 14).

3 Língua e edição. O contributo da Linguística (Histórica) para a Filologia

No momento de elaborar uma edição, sobretudo se se trata de um texto medieval, o filólogo tem que tomar um conjunto de decisões práticas, para cuja resolução muito contribui o conhecimento da língua e da sua história. Se pretende apresentar o texto na sua “especificidade histórica”, isto é, tal como foi concebido, deve o filólogo conhecer até que ponto e como deve intervir: o filólogo tem que possuir formação linguística, a fim de poder solucionar questões relativas a vários aspectos da transcrição, uma vez que as soluções a tomar têm implicações a vários níveis. Refiro-me a questões relativas aos critérios a pôr em prática nas edições de textos quanto à acentuação, à pontuação e quanto ao problema chamado da “união e separação de palavras”. Esta última questão coloca ao editor de textos medievais algumas dúvidas e problemas, tendo as soluções a adoptar repercussões ao nível da prosódia, e, conforme os casos, da morfologia, da sintaxe e da lexicologia. A este propósito são áreas difíceis aquelas relativamente às quais estavam em curso processos de gramaticalização e onde nem sempre, no período mais antigo, parece haver total coincidência entre os aspectos rítmicos e semânticos. Pensemos, a título de

exemplo, na gramaticalização ocorrida nos advérbios em *–mente*: este elemento procede do substantivo latino *MENS, MENTIS*, que, junto a um adjectivo também no ablativo, constitui um sintagma adverbial. Ao deslexicalizar-se, esse elemento originariamente nominal, forma-se o advérbio: no entanto, há um período durante o qual, ora os dois elementos surgem graficamente separados, ora unidos, formando uma sequência ligada. Nessa mesma época, ao lado de formas com valor unitário, há exemplos de usos em que *–mente* mantém o seu valor léxico ou em que parece estar em curso a deslexicalização.

Há outras formas que colocam dificuldades ao editor, uma vez que os textos medievais manifestam a coexistência de formas com fusão dos dois elementos constitutivos e formas com os dois elementos graficamente separados. Referimo-nos às formas *toda via e todavia*, que apresentam nos textos medievais ora usos adverbiais, ora usos adversativos. Além da dupla grafia, os valores das formas coexistentes nos diferentes usos parecem revelar que a mudança não estava ainda consumada, mas em curso. A análise das ocorrências de “todavia” nos textos jurídicos de Afonso X revelou que no século XIII se encontrava já em fase avançada o processo de gramaticalização do uso adversativo da referida forma (BARROS, 2007, p. 494-496). No entanto, em documentos notariais do domínio galego-português, é ainda possível encontrar na primeira metade do século XV a forma (quer surja grafada *toda bia*, quer se apresente como *todavya*) com valor primitivo, adverbial, “embora se pressinta já um valor aproximado do actual”, como adversativo (MAIA, 1986, p. 882). Os dados cronológicos evocados revelam o carácter multissecular do referido processo de mudança.

Referirei, ainda, os casos em que ocorreu a gramaticalização da sequência constituída por uma forma gramatical e por uma forma verbal: *qual quer e quaes quer*. Durante o período medieval, os dois elementos podem aparecer nos textos registados separadamente, por vezes com tmese, ou unidos. São conhecidos alguns exemplos com intercalação de um nome entre os dois elementos do quantificador indefinido, de que se citam apenas os seguintes, a título ilustrativo: “en *qual* maneyra *quer* a m̃j perteesçe” (MAIA, 1986, p. 708); “os feitos maravilhosos de Deus en *qual* terra *quer* que acaescan” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 113).

Por outro lado, o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento da sua trajectória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos.

Se se trata de uma edição crítica, a consideração das variantes nos diferentes testemunhos disponíveis contribui muitas vezes para a datação de manuscritos, para estabelecimento de relações de filiação entre os vários testemunhos e, enfim, para a fixação do texto crítico.

Conclusão

A profunda transformação que, nos últimos decénios, tem sofrido a Linguística, tanto no que se refere ao objecto de estudo que se deslocou para a fala, contribuindo para a valorização do uso linguístico, como na vertente metodológica em que se desenvolveram novas possibilidades de abordagem, teve enormes repercussões na Linguística Histórica, que volta a colocar-se no centro da investigação linguística contemporânea.

O ressurgir dos estudos históricos, associado ao desenvolvimento de novas ferramentas analíticas para investigar e explicar a mudança linguística, nomeadamente o estudo da variação tal como se reflecte nos textos escritos, em articulação com o progresso da Linguística computacional, que permite tratar grandes quantidades de dados, veio superar a ruptura consolidada no século XIX entre a Filologia e a Linguística.

A Linguística Histórica consagrada ao estudo das mudanças que a língua sofreu no seu devir temporal precisa dos textos escritos, eles constituem a base documental que sustenta a reconstrução dos processos evolutivos sofridos pela língua na sua trajectória ao longo do tempo. Mas, numa atitude de reciprocidade e de complementaridade, a Linguística e, principalmente, a Linguística Histórica proporciona os conhecimentos necessários a uma adequada análise crítica e reconstrutiva de textos de sincronias pretéritas.

Referências

BARROS, Clara (2002). Pragmática histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais. In: DUARTE, Isabel Margarida; BARBOSA, Joaquim; MATOS, Sérgio; HÜSGEN, Thomas (Org.). *ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS DO CENTRO DE LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO*. Porto, 2001. *Actas*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto. p. 72-82.

BARROS, Clara (2007). *Estrutura discursiva e orientação argumentativa em textos de versões portuguesas da legislação de Afonso X: contributos para o estudo do discurso jurídico medieval*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

CANO AGUILAR, Rafael (2000). *Introducción al análisis filológico*. Madrid: Castalia.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (1983a). Hacia una sociolingüística histórica. *Estudios de Lingüística de la Universidad de Alicante*, Alicante, n. 1, 1983, p. 181-226.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (1983b). De sociolingüística histórica: tradición grafemática y variable fonológica. *Boletín de la Academia Puertorriqueña de la Lengua Española*, v. 112, p. 71-86.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (1984). Estudio sociolingüístico histórico. In: ESTAL, Juan Manuel; CABANES, María Luísa; GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (Ed.). *El libro de los primitivos privilegios de Alicante de Alfonso X, el Sabio: estudios histórico-críticos y transcripción*. Madrid: Edilán.

- GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (1995). *Sociolingüística histórica*. (Siglos X-XII). Madrid: Visor Libros.
- KOCH, Peter; ÖSTERREICHER, Wulf (2001). Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache / Langage parlé et langage écrit. In: HOLTUS, Günther; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian (Ed.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. v. I / 2, cap. 62, p. 584-627.
- LÓPEZ MORALES, Humberto (2006). Sociolingüística histórica. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 6., Madrid, 29 de septiembre-3 de octubre de 2003. *Actas*. Madrid: Arco/Libros, S.L., v. III, p. 2385-2402.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: I.N.I.C.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1995). Sociolingüística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*. *Diacrítica*, Braga, v. 10, p. 3-30.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (2002). Dos textos escritos à história da língua. In: HEAD, Brian F.; TEIXEIRA, José; LEMOS, Aida Sampaio; BARROS, Anabela Leal de; PEREIRA, António (Org.), ENCONTRO DE HISTÓRIA DA LÍNGUA E HISTÓRIA DA GRAMÁTICA. Braga, 2000. *Actas*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, p. 231-249.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). *O português arcaico. Fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008). Teoria(s) da mudança e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 3, n.1, p. 39-53.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2001). *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- ROMAINE, Suzanne (1982). *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROMAINE, Suzanne (1988). Historical sociolinguistics: problems and methodology. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. (Ed.). *Sociolinguistics*. Vol. II, Berlin, New York: Walter de Gruyter. p. 1452-1469.
- SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, Pedro (1998). *Cómo editar los textos medievales. Criterios para su presentación gráfica*. Madrid: Arco/Libros, S.L.
- TEJADA CALLER, Paloma (1999). *El cambio lingüístico. Claves para interpretar la lengua inglesa*. Madrid: Alianza Editorial.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. (1968). Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Yakov (Ed.). *Directions for Historical Linguistics. A Symposium*. Austin & London: University of Texas Press. p. 95-188.